

resposta, o senhor José Américo ressaltou que o pedágio não tem por objetivo penalizar quem trabalha perto de onde mora, bem como que a audiência pública tem por um de seus objetivos justamente ouvir esse tipo de questão; também disse que, se a RJ-170 não foi considerada como premissa para os estudos técnicos, vale estudar, diante das questões levantadas na audiência, a sua inclusão no escopo da concessão, ainda que com padrão de desempenho inferior aos previstos para a RJ-160, garantindo-se ao menos a trafegabilidade; por fim, esclareceu que o fato de intervenções serem ou terem sido feitas na rodovia altera a conta a ser feita para definição dos valores de recuperação e manutenção da rodovia, mas não a lógica da concessão. Após as manifestações orais, o Presidente da Audiência Pública iniciou a leitura e resposta aos questionamentos por escrito endereçados à mesa. O senhor Guilherme Spitz, Assessor Parlamentar do Deputado Federal Luiz Lima, solicitou informações quanto ao recapeamento nos perímetros urbanos, mencionando haver exemplos em que o serviço não é prestado nem pelo Município, nem pela concessionária. Em resposta, o senhor José Américo disse que uma das premissas estabelecidas é a de que a concessionária terá de manter o trecho urbano, em termos de pavimento especialmente, no mesmo padrão do trecho rural; o serviço operacional vai ser diferente, disse, mas a manutenção será obrigação da concessionária. O senhor Alessandro Figueira, Assessor da Secretaria de Fazenda, Indústria e Comércio de Cantagalo, questionou sobre a possibilidade de se alterar o local da praça de pedágio da rodovia RJ-160, com sua instalação na divisa dos Municípios de Cantagalo e Carmo, após o Distrito de Santa Rita da Floresta, de sorte a se evitar o impacto aos moradores de referido Distrito. Em resposta, o senhor José Américo afirmou que as praças de pedágio são instaladas de modo a se evitar as rotas de fuga, sendo que, a princípio, não haveria implicação de rota de fuga decorrente do deslocamento do pedágio para a divisa com o Município de Carmo. Disse, porém, que a questão será estudada tecnicamente. O senhor Marcos Evangelista, Assessor Parlamentar do Deputado Estadual Alexandre Knoploch, indagou sobre a distância entre os postos de pedágio, manifestando preocupação em se evitar postos próximos, como os de Bom Jardim e Cordeiro. Em resposta, o senhor José Américo mencionou as praças de pedágio previstas para a concessão das rodovias: uma na RJ-122, uma nas rodovias RJ-158 e RJ-160 e duas na RJ-186. O senhor Paulo Vinícius Rocha de Oliveira perguntou sobre o valor que, de acordo com o estudo realizado, será economizado pelo Estado do Rio de Janeiro com a concessão. Indagou também se o Estado se comprometeria a investir esses valores economizados, por meio de convênio com os Municípios afetados, para melhorar os serviços essenciais à população. Em resposta à primeira questão, o senhor Alexandre David esclareceu que o contrato impõe que o concessionário invista trezentos e dezesseis milhões em obras de melhoria, e estima que sejam investidos cento e oitenta milhões de reais em operação. Em resposta à segunda pergunta, o senhor Gilmar Viana destacou que o espaço fiscal aberto por medidas como a concessão possibilita a priorização de serviços essenciais, a exemplo do saneamento e da habitação. Em adendo, o senhor Fontenelle Fajardo ressaltou que, com a concessão da rodovia RJ-160, economizam-se recursos materiais e mão de obra para que se trate a rodovia RJ-170; informou também que a residência do DER-RJ em Cantagalo voltará a ter um "contrato de conserva", e pode vir a fazer intervenções na RJ-170; por último, esclareceu que a recuperação da rodovia RJ-160 feita pelo Estado do Rio de Janeiro trata-se de uma ação emergencial. O senhor Carlos Roberto Considera questionou quantas praças de pedágio estão previstas no projeto, seus locais e se o preço do pedágio seria incorporado às tarifas dos ônibus. Em resposta às primeiras perguntas, o senhor Alexandre David ressaltou que os ônibus intermunicipais e rodoviários passarão a pagar o pedágio, mas destacou a redução de custos operacionais que os ônibus terão com a melhoria das condições das estradas. O senhor Valdevino Moura Zanon, Vice-Prefeito, indagou oralmente que não teria sido contemplado no projeto um trevo no hospital, na saída de Cantagalo, no entroncamento com Macuco. Em resposta, o senhor José Américo destacou que as interseções que estão previstas no projeto são mais do que aquelas que foram apresentadas na audiência, que foram exemplificativas, e disse que, se não estiver contemplado no escopo dos estudos, será considerado o trevo mencionado. Indagou-se, ainda, sobre o sistema de arrecadação de ISS relativo aos serviços prestados no escopo da concessão rodoviária. Em resposta, o senhor Alexandre David esclareceu que existem duas manifestações do imposto a serem consideradas: um deles é o ISS decorrente da operação da rodovia e arrecadado na praça, e seu cálculo leva em conta a testada dos Municípios pela rodovia; já em relação aos serviços pontuais, se eles são prestados na rodovia, a lógica é a mesma, e se eles são prestados pontualmente dentro do Município, a arrecadação é local. O que é importante, disse, é que a Câmara discipline a arrecadação de ISS em seu Município. Por fim, ao término das respostas aos questionamentos por escrito, o Presidente da Audiência questionou aos presentes sobre mais alguma manifestação. Por não haver mais nenhuma manifestação, informou que a ata do evento realizado e o relatório da Audiência Pública serão oportunamente disponibilizados na Internet, no portal de compras do Estado do Rio de Janeiro, www.compras.rj.gov.br/Portal-Siga, e no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro. Agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a sessão. Processo Administrativo nº E-12/176/143/2017.

GILMAR VIANA
Presidente da Audiência

Aos 16 de janeiro de 2020, às 14:00 horas, no Auditório da Prefeitura Municipal de Guapimirim, situado na Av. Dedo de Deus, 1.168 - Centro - Guapimirim, foi iniciada a sessão presencial da Audiência Pública, conforme a convocação publicada no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro nº 242, de 23 de dezembro de 2019, parte I, página 29 e nos jornais de grande circulação estadual, "O Dia" de 23 de dezembro de 2019, e local, "O Diário de Teresópolis" de 21 de dezembro de 2019. A audiência pública teve como objetivo tornar público, colher sugestões e contribuições às minutas de Edital e Contrato, ao Programa de Exploração da Rodovia e aos Estudos de Viabilidade, para concessão das rodovias que compõem o Eixo Noroeste, especialmente a RJ-122, com início no entroncamento com a rodovia BR-116 (Rio-Teresópolis) e fim no entroncamento com a rodovia RJ-116 (extensão de 35,2 km), além da RJ-158, com início no entroncamento com a rodovia BR-393 e fim no entroncamento com a rodovia RJ-160 (extensão de 7 km); da RJ-160, com início no entroncamento com a RJ-158 e fim no entroncamento com a rodovia RJ-116 (extensão de 51,6 km); e da RJ-186, com início na divisa com MG e fim na divisa com ES (extensão de 101,75 km). A mesa da Audiência Pública foi composta por Gilmar Viana, Presidente da Audiência e Subsecretário de Concessões e Parcerias da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais; Fontenelle Fajardo, representante da Fundação Departamento de Estradas de Rodagem; André Aguiar, representante da Secretaria de Estado de Transportes; José Américo, representante da Dynatest Engenharia, empresa autorizada no Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI); e Alexandre David, representante da empresa P4 Concessões e Consultoria, assessora jurídica da empresa autorizada no PMI. Inicialmente, o Presidente da Audiência fez a leitura dos procedimentos e realizou exposição acerca do papel institucional da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais e do histórico do PMI nº 01/2018. Destacou que a seleção das rodovias, do ponto de vista técnico, tem por base o Plano Estratégico de Logística e Cargas (PELC/RJ-2045), elaborado com a participação da sociedade. Ressaltou também a sinergia do projeto estadual com o Programa de Parceria de Investimentos (PPI) do Governo Federal. Mencionou, ainda, os benefícios esperados da concessão das rodovias estaduais elencadas acima. Em seguida, passou a palavra a José Américo, o qual fez a apresentação do tema, demonstrando as principais características técnicas do projeto de concessão e os aspectos relevantes do Programa de Exploração da Rodovia (PER). Alexandre David deu prosseguimento, com exposição dos aspectos jurídicos da modelagem. Os valores de tarifa e a quantidade e localização planejada de praças de pedágio também foram expostos aos presentes. Após a apresentação, o Presidente da Audiência iniciou o pronunciamento dos inscritos para manifestação oral.

O senhor Renato Santos, Chefe de Gabinete, fez a ressalva de que a Prefeitura local apenas aquiesceu à solicitação de espaço formulada pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro para a realização da audiência. Após, salientou que Município de Guapimirim já está envolvido por duas praças de pedágio, de modo que o acréscimo de mais uma aumentaria o isolamento. O senhor Max Alexandre Felizardo Castro, Vereador, solicitou que a possibilidade de isenção para moradores município que ficarão situados após a praça de pedágio seja objeto de estudo. Como alternativa, sugeriu a mudança na localização da praça. Por fim, ponderou que seja investigado o impacto que o empreendimento trará ao comércio de "Parada Modelo". André Aguiar, representante da Secretaria de Estado de Transportes, pontuou que a previsão é a de que a concessão gere R\$ 360.000,00 de ISS (Imposto Sobre Serviços) ao ano para o município, o que a praça de pedágio gerará cerca de 80 empregos diretos e que o estudo poderá considerar alternativas para diminuir o impacto no usuário. Por fim, opinou que acredita que o turismo não será impactado em razão do baixo valor-teto estabelecido para a tarifa, em relação ao custo total da viagem para o destino preferencial - Região dos Lagos. Também citou que a requalificação da rodovia permitirá um horário de viagem mais amplo pela melhoria de sinalização. O senhor Alexandre Cavalcanti, Assessor de Comunicação do Município de Guapimirim, ressaltou que o preço do pedágio poderá impactar na atividade dos produtores rurais da região que escoam a sua produção para o município. Por fim, requisitou investimentos em manutenção na Rodovia RJ-112 (Citrolândia-Vale das Pedrinhas), em especial em acessibilidade e na manutenção. Mencionou que esta via é utilizada como rota de fuga para caminhões que evitam pagar o pedágio da BR-116 na CRT para chegar à BR-493 (Magé - Manilha), percorrendo 10 km em trecho urbano de Guapimirim, o que força o Município arcar com custos de recapeamento e impor restrições aos caminhões de forma improvisada. O senhor Marcelo Cerqueira Marques, morador, manifestou preocupação com o isolamento e o seu consequente impacto econômico-financeiro para as cidades da região, sobretudo para as áreas de construção e de alimentação. Gilmar Viana, Presidente da Audiência, ressaltou que a concessão é um movimento de antecipação que o Estado do Rio de Janeiro está fazendo para projetar uma infraestrutura adequada para o crescimento econômico que o Estado terá a partir deste ano, sobretudo para atender veículos de cargas. José Américo, representante da Dynatest Engenharia, explicou que a posição da Praça de Pedágio é definida por critérios técnicos, mas que a audiência pública é, também, para refletir sobre a possibilidade de outro posicionamento, tendo por critério os possíveis impactos mapeados no encontro. Alexandre David, representante da empresa P4 Concessões e Consultoria, prestou esclarecimentos em relação ao ISS, explicando que uma eventual alteração na posição da Praça não alteraria a proporção de ISS dos municípios abarcados, pois a repartição é definida pela proporção da extensão do traçado concedido que contempla o município. No entanto, ponderou que, por outro lado, a posição da Praça de Pedágio afeta o número de empregos diretos gerados pela sua instalação e operação, uma vez que o concessionário tende a contratar empregados que residem mais próximo a sua localização. Além disso, ressaltou que o objetivo da Praça é capturar o usuário de longa distância, não o de curta, sendo esse um dos principais critérios que foram considerados para a escolha de localização apresentada. Por fim, ao término das respostas aos questionamentos por escrito, o Presidente da Audiência questionou aos presentes sobre mais alguma manifestação. Por não haver mais nenhuma manifestação, informou que o ato do evento realizado e o relatório da Audiência Pública serão oportunamente disponibilizados na Internet, no portal de compras do Estado do Rio de Janeiro, www.compras.rj.gov.br/Portal-Siga, e no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro. Agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a sessão. Processo Administrativo nº E-12/176/143/2017.

GILMAR VIANA
Presidente da Audiência

Aos 18 de fevereiro de 2020, às 18:00h, na Câmara Municipal de São João da Barra, situada na Rua Barão de Barcelos, 88 - Centro, foi iniciada a sessão presencial da Audiência Pública, conforme a convocação publicada no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro nº 18, de 28 de janeiro de 2020, parte I, página 26, e nos jornais de grande circulação estadual, O Dia de 30 de janeiro de 2020, página 12, e local, Folha Geral de 31 de janeiro de 2020, página 05. A Audiência Pública teve como objetivo tornar público, colher sugestões e contribuições às minutas de Edital e Contrato, ao Programa de Exploração da Rodovia e aos Estudos de Viabilidade, para concessão da rodovia estadual RJ-244, com início no entroncamento com o Contorno de Campos - trecho da BR-101 a ser construído - e fim nos limites do Distrito Industrial de São João da Barra. A mesa da Audiência Pública foi composta por Aluizio Siqueira, Presidente da Câmara Municipal de São João da Barra; Carla Machado, Prefeita de São João da Barra; Gilmar Viana, Presidente da Audiência e Subsecretário de Concessões e Parcerias da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais; Fontenelle Fajardo, representante da Fundação Departamento de Estradas de Rodagem; Célia Daumas, Superintendente de Logística de Cargas da Secretaria de Estado de Transportes; e José Lucas Moreira e José Júlio Prata Gomes, representantes do Consórcio Porto do Açú, grupo autorizado no Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI). O vereador Aluizio Siqueira, Presidente da Câmara Municipal de São João da Barra, abriu a sessão e passou a fala à Prefeita Carla Machado, que realizou algumas considerações acerca de demandas do Município relacionadas à implantação do Porto do Açú, como a solução definitiva de desapropriações ainda pendentes, a efetivação de acordo de doação ao Município da área conhecida como "Fazenda Papagaio", a revisão de licenças ambientais aos empreendedores do Porto do Açú e a construção de "Estrada Parque" que ligue o empreendimento a Grussaí para fins turísticos. Quanto ao projeto em pauta, a Prefeita sustentou que, devido ao traçado, o desenvolvimento será levado para fora do município. Por fim, requisitou que constassem em ata as solicitações do Município quanto à regularização fundiária da população e à conclusão das obras da ponte sobre o Rio Paraíba do Sul, que facilitaria a conexão entre o município de São João da Barra e os municípios de São Francisco do Itabapoana e margem leste de Campos dos Goytacazes, incluindo o Aeroporto Bartolomeu Lisandro. A partir desse momento, o Presidente da Audiência fez a leitura dos procedimentos e realizou exposição acerca do papel institucional da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais e do histórico do PMI nº 01/2018. Destacou que a seleção das rodovias, do ponto de vista técnico, tem por base o Plano Estratégico de Logística e Cargas (PELC/RJ-2045), elaborado com a participação da sociedade. Ressaltou também a sinergia do projeto estadual com o Programa de Parceria de Investimentos (PPI) do Governo Federal. Mencionou, ainda, os benefícios esperados com a concessão da rodovia. Em seguida, passou a palavra ao engenheiro José Júlio Prata Gomes, coordenador dos estudos técnicos, o qual fez a apresentação do tema, demonstrando as principais características técnicas do projeto de concessão e os aspectos relevantes do Programa de Exploração da Rodovia (PER). O valor de tarifa e a localização planejada da praça de pedágio também foram expostos aos presentes. Após a apresentação, o Presidente da Audiência iniciou o pronunciamento dos inscritos para manifestação oral.

O senhor Franquius Areas de Freitas, vereador do São João da Barra, ressaltou a importância de que as desapropriações sejam bem resolvidas e requereu que todos os viadutos tenham gabarito de 5,5 metros, com base na característica do transporte predominante de carga que transitará na rodovia, bem como que sejam concluídas as obras da ponte e que a compensação ambiental fique no município. O senhor Alex Sandro Matheus Firme, vereador de São João da Barra, pontuou que há zonas de impacto ambiental nas travessias de canais, nos termos do Plano Diretor do Município, e alegou incompletude de informações quanto à questão no estudo prévio. Ademais, reforçou o pedido de conclusão da obra da ponte. O senhor Aluizio Siqueira Filho, vereador de São João da Barra, apontou a sensibilidade do tema desapropriações, devido à implantação do Distrito Industrial de São

João da Barra, e pediu empenho especial no tema. Em seguida, solicitou uma pesquisa sobre a dominialidade das propriedades afetadas e o seu uso econômico, a fim de dimensionar o impacto socioeconômico do empreendimento. Em conclusão, para sustentar outro traçado, pontuou crer em um esvaziamento econômico da região com a fuga do desenvolvimento para Campos dos Goytacazes. O senhor Elísio Alberto da Silva Rodrigues, secretário municipal de transportes e trânsito e vereador licenciado de São João da Barra, realizou questionamentos em relação ao traçado, indagando sobre a existência de proposta estadual para o desenvolvimento econômico do município, e requereu que sejam concluídas as obras da ponte. Após, questionou se o apoio do Governo do Estado do Rio de Janeiro na resolução dos problemas fundiários seria condicionante do projeto atual. O senhor Manoel Francisco Barreto, vereador de São João da Barra, questionou a continuidade do traçado após o entroncamento com a RJ-240 e reforçou o pedido de resolução do passivo de indenizações decorrentes das desapropriações por ocasião da implantação do Distrito Industrial de São João da Barra. O senhor Alan Barreto Paes, vereador de São João da Barra, apontou a sensibilidade do tema desapropriações, devido à implantação do Distrito Industrial de São João da Barra, e questionou sobre a existência de alternativa menos impactante para os municípios, em especial os residentes do 5º Distrito. Ao fim, indagou se a Prefeitura realizou acompanhamento técnico dos estudos e salientou a necessidade de conclusão da ponte. O senhor Ronaldo Gomes de Souza, vereador de São João da Barra, afirmou acreditar que o traçado atual levará a maior parte do desenvolvimento para fora do município, por isso deveria ser repensado. Além disso, fez considerações sobre as desapropriações. A senhora Sônia Maria da Silva Pereira, vereadora de São João da Barra, salientou a necessidade de conclusão das obras da ponte e expôs o seu desejo de que o processo desse novo empreendimento seja bem conduzido. Em continuidade, a palavra foi franqueada aos representantes do governo e responsáveis pelo projeto. O Presidente da Audiência esclareceu que cerca de metade das ações de desapropriação para implantação do Distrito Industrial de São João da Barra foi concluída, e firmou o compromisso com os presentes de articular com os diversos órgãos governamentais envolvidos uma solução definitiva aos demais desapropriados que ainda não tiveram acesso à indenização. Ademais, ressaltou a necessidade de elaboração de um plano de desenvolvimento amplo para o município com a participação de diversos atores. A Prefeita Carla Machado interveio para requisitar estudo que relacione as pessoas impactadas pelo projeto, para melhor planejamento dos municípios, e elencar medidas adotadas pela Prefeitura para o desenvolvimento local. Por fim, questionou sobre o gabarito dos viadutos e ressaltou a importância de diálogo com as autoridades locais. A senhora Célia Daumas, Superintendente de Logística de Cargas da Secretaria de Estado de Transportes, expôs esclarecimentos técnicos e relembrou que o projeto está em uma fase passível de alterações. Na sequência, o Presidente da Audiência passou a palavra ao senhor Luis Vieira, que apresentou uma proposta de traçado alternativo. A senhora Célia Daumas, Superintendente de Logística da Secretaria de Estado de Transportes, sugeriu que o projeto fosse formalmente apresentado ao Estado, por meio de um estudo preliminar, para subsidiar a abertura de um Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI). A Prefeita Carla Machado interveio para manifestar preocupação em relação a uma aparente urgência com o andamento do projeto atual. O senhor Luis Vieira acrescentou que o projeto proposto pela Prefeitura deveria ser construído a partir de um amplo diálogo entre os municípios envolvidos e o Governo do Estado do Rio de Janeiro, e sugeriu que o grupo que conduziu os trabalhos da RJ-244 avalie o projeto por ele apresentado. Dando andamento às manifestações orais, o senhor Analliel Vianna, secretário municipal de pesca de São João da Barra, sustentou a necessidade do gabarito de 5,5 metros para os viadutos, com base no argumento de que haveria, também, tráfego de caminhões em vias rurais. Em seguida, o senhor José Júlio Prata esclareceu quanto às características fundiárias típicas da região, a lógica do eixo do traçado e as suas implicações nas propriedades afetadas, ressaltando que a sua definição será estudada e de modo mais aprofundado por ocasião da elaboração do projeto executivo. A senhora Marcela Toledo, secretária municipal de agricultura de São João da Barra, fez considerações sobre os parâmetros a serem utilizados nos cálculos das verbas indenizatórias. Pediu também atenção na avaliação de áreas remanescentes e que seja avaliada a utilização do traçado do oleoduto, já em fase adiantada de estudos. Por fim, requisitou que os investimentos de compensação sejam voltados para o seguimento agropecuário. O senhor José Luis Vianna da Cruz fez uma reflexão sobre os benefícios do traçado e sustentou que o melhor será aquele que possuir o maior impacto social positivo e que resultar em integração entre Porto e Município. O senhor Marcos Antônio de Sá, subsecretário da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Serviços Públicos de São João da Barra, alegou que o projeto precisaria de aprimoramento em termos de sustentabilidade socioambiental. O senhor Paulo José Rangel, morador da região da RJ-240, questionou a perda de movimentação na referida rodovia e indicou não ver problema numa eventual concessão da RJ-240. O senhor Márcio Machado Ribeiro solicitou a realização de audiência pública no 5º distrito e questionou sobre a notificação aos municípios impactados. Após as manifestações orais e de acordo com os procedimentos estabelecidos, o Presidente da Audiência Pública iniciou a leitura e resposta aos questionamentos por escrito endereçados à mesa. A senhora Joiciara Pedra indagou sobre o que a existência de ações a serem realizadas para manter a integridade dos caminhos de água, a fim de evitar o alagamento da região. Quanto aos demais questionamentos por escrito, registrou-se que os autores Antônio Márcio e Marcela Toledo já haviam realizado a exposição oralmente. Em resposta aos questionamentos, a senhora Célia Daumas, Superintendente de Logística de Cargas da Secretaria de Estado de Transportes, informou que não haverá interrupção das vias existentes. Ademais, ressaltou que as propriedades afetadas serão catalogadas e que as desapropriações seguirão a lógica de minimização de impactos. Justificou que nenhum proprietário é notificado na fase atual do projeto, mas sim em etapas posteriores, e que este contato será realizado em momento oportuno. Por fim, pontuou que as sugestões de uma audiência pública no 5º Distrito e do outro traçado serão avaliadas e respondidas posteriormente. O senhor José Júlio esclareceu que as possibilidades de alargamentos foram consideradas nos estudos. O Presidente da Audiência ressaltou que as características econômicas e culturais das propriedades serão consideradas em procedimento específico. O Presidente informou também aos presentes que a Consulta Pública seria aberta virtualmente nas semanas seguintes e se comprometeu a visitar o 5º distrito. Por fim, ao término das respostas aos questionamentos, o Presidente da Audiência questionou aos presentes sobre mais alguma manifestação. Por não haver mais nenhuma manifestação, informou que a ata do evento realizado e o relatório da Audiência Pública serão oportunamente disponibilizados na Internet, no portal de compras do Estado do Rio de Janeiro, www.compras.rj.gov.br/Portal-Siga, e no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro. Agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a sessão. Processo Administrativo nº E-12/176/143/2017.

GILMAR VIANA
Presidente da Audiência

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA - RODOVIA RJ-244

Aos 17 de fevereiro de 2020, às 18:00h, na Câmara Municipal de Campos dos Goytacazes, situada na Av. Avenida Alberto Torres nº 334 - Centro, foi iniciada a sessão presencial da Audiência Pública, conforme a convocação publicada no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro nº 17, de 27 de janeiro de 2020, parte I, página 71, e nos jornais de grande circulação estadual, O Dia de 30 de janeiro de 2020, página 12, e local, Folha Geral de 31 de janeiro de 2020, página 05. A Audiência Pública teve como objetivo tornar público, colher sugestões e contribuições às minutas de Edital e Contrato, ao Programa de Exploração da Rodovia e aos Estudos de Viabilidade para concessão da rodovia estadual RJ-244, com início no entroncamento com o Contorno de Campos - trecho da BR-101 a ser construído - e fim nos limites do Distrito Industrial de São João da Barra. A mesa da